



GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM N.º 026, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º, do art. 66, da Constituição c/c art. 66, § 2º, da Constituição do Estado do Espírito Santo c/c art. 34, § 1º da Lei Orgânica do Município de Linhares, decidi vetar totalmente, por **INCONSTITUCIONALIDADE**, o **Autógrafo nº 123/2025**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização do novo símbolo internacional de acessibilidade em substituição ao símbolo tradicional da cadeira de rodas nas sinalizações de locais públicos e privados de uso coletivo no município de Linhares, e dá outras providências.

Atenciosamente,

LUCAS SCARAMUSSA
Prefeito do Município de Linhares



VETO

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINHARES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições constitucionais (§ 1º, do artigo 34, da Lei Orgânica de Linhares), decide **VETAR TOTALMENTE**, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei enviado como Autógrafo n.º **123/2025**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização do novo símbolo internacional de acessibilidade em substituição ao símbolo tradicional da cadeira de rodas nas sinalizações de locais públicos e privados de uso coletivo no município de Linhares, e dá outras providências, acolhendo o parecer da Procuradoria Geral do Município como razões de decidir, a seguir transcritas:

RAZÕES DO VETO

Realizando o controle preventivo de constitucionalidade e legalidade do ato normativo em formação, verifico que o texto do Projeto de Lei, de iniciativa da Câmara Municipal de Linhares, tem como objeto dispor sobre a obrigatoriedade da utilização do novo símbolo internacional de acessibilidade em substituição ao símbolo tradicional da cadeira de rodas nas sinalizações de locais públicos e privados de uso coletivo no município de Linhares, e dá outras providências.

Por oportuno, cabe esclarecer que nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

A repartição de competências constitui um elemento essencial em um Estado federado, pois garante a autonomia de cada ente federativo e promove a convivência equilibrada entre as diferentes esferas de governo. Esse modelo busca assegurar a cooperação e o funcionamento harmonioso do sistema federativo, prevenindo conflitos de atribuições e, em última instância, evitando tendências separatistas ou a centralização excessiva do poder.

Assim, o primeiro ponto a ser analisado diz respeito à competência do Município para legislar sobre a matéria objeto da proposta legislativa em apreço. Vejamos.

Cabe lembrar que de acordo com a competência legislativa, cabe ao Município: i) legislar sobre assuntos de interesse local, e ii) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, consoante se extrai do artigo 30, I e II, da Constituição Federal.

No mesmo sentido, o artigo 8º, incisos I e II, da Lei Orgânica deste Município versa refere:



Art. 8º Compete ao Município:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

Segundo Alexandre de Moraes¹ “... *interesse local refere-se àqueles interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)*”.

A promoção da acessibilidade, bem como a adoção de medidas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência, insere-se nesse contexto, revelando inequívoca pertinência com a realidade local e com a organização dos espaços públicos e privados de uso coletivo situados no território municipal.

Além disso, a proteção e a integração social das pessoas com deficiência constituem matéria de competência legislativa concorrente, nos termos do art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, o que autoriza a atuação normativa dos Municípios, desde que respeitadas as normas gerais estabelecidas pela União.

Nesse cenário, é juridicamente possível que o Município edite normas que promovam a acessibilidade, disciplinem a sinalização em equipamentos urbanos e incentivem práticas inclusivas, especialmente no âmbito de suas próprias edificações e serviços.

O exercício dessa competência, contudo, possui limites constitucionais claros. A atuação municipal deve ocorrer de forma suplementar e harmônica em relação à legislação federal, não sendo dado ao ente local instituir, de maneira definitiva e obrigatória, padrão técnico ou símbolo oficial cuja definição demanda uniformidade nacional. Assim, a competência legislativa municipal existe e é legítima, mas pressupõe a prévia fixação das diretrizes gerais pela União.

No caso concreto, inexistente, até o presente momento, lei federal que institua ou padronize oficialmente o denominado “novo Símbolo Internacional de Acessibilidade”, tampouco que determine a substituição do símbolo tradicional da cadeira de rodas. A ausência dessa normatização impede que o Município legisle sobre a adoção de padrão cuja definição ainda não foi estabelecida no ordenamento jurídico nacional, sob pena de usurpação da competência da União.

Neste ponto, cumpre esclarecer, que encontra-se em vigor a Lei Federal nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, que torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso”, representado graficamente pela figura estilizada de uma pessoa em cadeira de rodas,

¹MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 283 e 284.



em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência.

Referida Lei Federal está sendo objeto de alteração por meio do Projeto de Lei nº 2199/2022, que tem por objetivo atualizar o Símbolo Internacional de Acesso, substituindo o símbolo tradicional da pessoa em cadeira de rodas por um novo símbolo de acessibilidade com caráter mais abrangente e inclusivo.

Todavia, o Projeto de Lei nº 2.199/2022 ainda não foi convertido em lei, encontrando-se em fase de tramitação legislativa, sem eficácia normativa vinculante. Enquanto não houver sua aprovação e sanção, permanece plenamente vigente o regime jurídico estabelecido pela Lei Federal nº 7.405/1985, que continua a definir o símbolo oficial e obrigatório de acessibilidade no território nacional.

Nesse contexto, o PL nº 2.199/2022 evidencia que a matéria encontra-se em debate no âmbito próprio e constitucionalmente competente — o federal, reforçando que a definição do novo símbolo demanda padronização nacional, justamente para evitar a fragmentação normativa e a adoção de múltiplos padrões.

Assim, embora o conteúdo do projeto legislativo federal sinalize uma tendência evolutiva da política pública de acessibilidade, sua pendência de aprovação confirma a natureza temporal e normativa do óbice à adoção obrigatória do novo símbolo por legislação municipal, não se tratando de negativa à competência do Município, mas de respeito à necessária precedência da norma geral federal.

Desse modo, não se trata de ausência de competência legislativa municipal, mas de inviabilidade jurídica circunstancial, decorrente da inexistência da norma geral federal necessária para legitimar a atuação suplementar do Município. Uma vez editada a legislação federal pertinente, estará plenamente autorizado o exercício da competência municipal para regulamentar e implementar a matéria no âmbito local.

A definição isolada de símbolo por ente municipal, ainda que bem-intencionada, pode resultar na coexistência de múltiplos padrões, contrariando a lógica da acessibilidade universal e dificultando o reconhecimento do símbolo por usuários em diferentes localidades.

Cumprindo ainda registrar que a previsão contida no autógrafo quanto ao caráter voluntário e antecipatório da adoção do novo símbolo não é suficiente para afastar o vício apontado. Isso porque, ainda que se utilize tal qualificação, o diploma legal introduz no ordenamento municipal referência a padrão simbólico inexistente em norma geral federal, criando expectativa normativa e potencial efeito vinculante futuro, o que extrapola os limites da atuação suplementar do Município enquanto inexistente a necessária padronização em âmbito nacional.



Dito isso, o veto total ao Autógrafo nº 123/2025 impõe-se como medida necessária para resguardar a constitucionalidade da atuação normativa municipal, sem prejuízo do mérito social da proposição.

Ante o exposto, este Prefeito Municipal afirma a **INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei enviado como autógrafo n.º **123/2025**, com arrimo no artigo 2º da CF c/c artigo 1º da Constituição Estadual c/c artigo 37 da Constituição Federal, exercendo o **VETO TOTAL**, conforme artigo 34, § 1º da Lei Orgânica Municipal.

Estas são as razões que me levam a vetar o Autógrafo em causa, as quais ora submeto à apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

LUCAS SCARAMUSSA
Prefeito do Município de Linhares